

Petrobrás provoca a categoria insistindo em proposta de PLR inaceitável

Conselho Consultivo avaliará indicativos da FUP de rejeição e greve com parada de produção, unificando o movimento com a Bacia de Campos

A nova proposta de PLR apresentada pela Petrobrás nesta quarta-feira, 09, é uma afronta à categoria. A empresa continua provocando os trabalhadores, ao propor um aumento de R\$ 975,00 para o piso, o que representa uma diferença de menos de 9% em relação ao que foi apresentado anteriormente. Ao tratar esta proposta inaceitável como última e definitiva, ressaltando que não há chances de aumentar o valor proposto, a Petrobrás está querendo empurrar os trabalhadores para uma greve.

A FUP ressaltou na mesa de negociação que a nova proposta de PLR continua muito aquém das reivindicações da categoria e que há condições, sim, da empresa avançar. Os petroleiros foram enfáticos nas mobilizações do dia primeiro, manifestando total in-

satisfação com a forma como a Petrobrás tem trado a negociação da PLR. A categoria está em estado de greve e já deixou claro que não se furará a endurecer as mobilizações, se preciso for.

A FUP, portanto, convoca um Conselho Consultivo para terça-feira, dia 15, onde apresentará os seguintes indicativos: **rejeição** da proposta de PLR, **greve** com parada de produção

e construção de um **movimento unificado** com os companheiros da Bacia de Campos, que iniciam nesta segunda, 14, greve de cinco dias nas plataformas, buscando avanços na negociação do Dia de Desembarque.

Vamos intensificar a luta por uma PLR que valorize a força de trabalho e que seja negociada e distribuída com transparência para todos os petroleiros.

NF intensifica luta pelo Dia de Desembarque.

Plataformas irão parar por 5 dias, a partir de segunda, 14

Os trabalhadores da Bacia de Campos voltaram a realizar esta semana novas mobilizações pelo Dia de Desembarque, parando por 72 horas a emissão de PTs em 41 plataformas. Diante do impasse em que se encontra a negociação com a Petro-

brás, a categoria intensificará a luta, iniciando à zero hora de segunda-feira, 14, uma greve de 5 dias com controle de produção. O Sindipetro-NF já protocolou documentos junto à empresa e ao MPT se dispondo a negociar efetivo mínimo e a produção.

Legado de luta: 25 anos depois, petroleiros de Paulínia e Mataripe reafirmam caráter histórico da greve de 1983

Agora em julho, a histórica greve de 1983 completa 25 anos. Em plena ditadura militar, os petroleiros de Mataripe (Rlam) e Paulínia (Replan) desafiaram a Lei de Segurança Nacional e realizaram um movimento essencialmente político, interrompendo a produção das duas refinarias da Petrobrás. A paralisação dos petroleiros foi o estopim para a primeira greve geral decretada após o golpe militar e que parou o país no dia 21 de julho de 1983, unificando a luta em torno da Central Única dos Trabalhadores, criada no mês seguinte.

A greve dos petroleiros teve início na Replan, quando os trabalhadores do turno da noite iniciaram o movimento na noite de 5 de julho. Dois dias depois, o Sindipetro Campinas sofreu intervenção e seus dirigentes foram todos cassados. A greve se alastrou, atingindo a Rlam, além de metalúrgicos, químicos e outras categorias do ABC paulista. Na Revap, a greve foi abortada pela ação da polícia. Os militares responderam com a intervenção nos sindicatos e cassação dos dirigentes. Foram 153 demissões na Replan e 205, na Rlam.

Essa foi uma das mais importantes greves da história da nossa categoria, em um momento decisivo para a classe trabalhadora brasileira, que lutava pela redemocratização do país e por um novo sindicalismo. Junto com várias oposições sindicais, os petroleiros de base rompiam com as direções dos sindicatos que continuavam atreladas ao Estado. Assim nascia a CUT, em agosto de 1983, forjada no chão das fábricas, como uma entidade classista, autônoma e democrática. E os petroleiros têm tudo a ver com essa história.

Homologação da repactuação do Plano Petros ainda em compasso de espera. Juiz convoca audiência com todas as partes envolvidas

O Juiz da 18ª Vara Civil do Rio de Janeiro - onde tramita a Ação Civil Pública da FUP e sindicatos, que é objeto da repactuação do Plano Petros - convocou uma audiência com todas as partes envolvidas (FUP, sindicatos, Petrobrás e Petros) e o Ministério Público para esclarecer os principais pontos do acordo. A audiência deve ser agendada para a próxima semana. Só então, o juiz se pronunciará sobre a homologação da transação judicial que garante as conquistas da repactuação do Plano Petros.

Na audiência convocada pela justiça, serão ouvidas todas as entidades sindicais que assinaram o Termo de Transação Judicial - a FUP e os sindicatos do Unificado de São Paulo, Norte Fluminense, Bahia, Paraná/Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas, Pernambuco/Paraíba e Rio Grande do Sul -, assim como representantes da Petrobrás e da Petros. Também participarão da audiência os dois sindicatos que integram a Ação Civil Pública da FUP, mas que se manifesta-

ram contrários à repactuação do Plano Petros (Sindipetro-LP e Sindipetro-

Pará), além de representantes do Ministério Público.

Associações alimentam mentiras e acusações levianas

A homologação do Termo de Transação Judicial, pactuado pela FUP e sindicatos com a Petrobrás e a Petros, garantirá conquistas fundamentais para a categoria, como redução do limite de idade para o grupo 78/79, correção das pensões, custeio paritário do Plano Petros, participação dos trabalhadores na gestão da Petros, além de aportes de mais de R\$ 6 bilhões, que possibilitarão o equilíbrio atuarial do plano, tornando-o superavitário. Todos estes benefícios já poderiam ter sido implementados, não fossem as ações contrárias dos sindicatos divisionistas, que, atrelados às associações (Aepet, Ambep, Astape), têm feito mil e uma manobras para atrasar a homologação do acordo, desrespeitando a vontade soberana de cerca de 58 mil participantes e assistidos do Plano Petros que repactuaram.

Mentiras e acusações levianas são algumas das principais estratégias das

associações para tentar influenciar a justiça e ludibriar os aposentados e pensionistas, usando-os como massa de manobra na disputa política contra a repactuação. Nesse vale tudo, as associações chegaram a acusar o juiz da 18ª Vara Civil e o próprio Ministério Público de conluio com a FUP, só porque a assessoria jurídica da Federação divulgou para a categoria informações legitimamente obtidas durante o acompanhamento do processo. Faz parte do trabalho das assessorias ter acesso aos despachos de juizes e promotores, divulgando informações em primeira mão às entidades às quais representam. Foi assim, por exemplo, nas ações contra o Plano Petrobrás Vida (PPV), quando a FUP mantinha a categoria mobilizada com as informações obtidas por sua assessoria antes da publicação oficial.

Repúdio à criminalização do MST

A FUP e seus sindicatos filiados repudiam veementemente os ataques que a Justiça e as forças conservadoras do Rio Grande do Sul têm promovido contra o MST. É um retrocesso qualquer forma de criminalização dos movimentos sociais, principalmente quando ações deste tipo partem da própria justiça, num claro desrespeito à democracia e à Constituição, escancarando para a sociedade o partidarismo e a subserviência de juizes e promotores aos latifundiários e às multinacionais.

A FUP manifesta total solidariedade aos companheiros do MST e condena o absurdo posicionamento do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do

Sul, que divulgou recentemente um documento propondo a dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade, entre outras formas de repressão e criminalização do movimento. Os "superiores" do Ministério Público agem em consonância com o governo da tucana Yeda Crusius, que através da Brigada Militar e da mídia conservadora, reprime violentamente a luta legítima do MST pelo direito constitucional que é a reforma agrária.

Em respeito à democracia e à Constituição, conclamamos os petroleiros e toda a sociedade a repudiar a perseguição ao MST. Participe do abaixo assinado contra criminalização do movimento! Acesse www.mst.org.br, baixe o documento e colete assinaturas.

**Eleição no
Unificado de
São Paulo**

**14 a 18 de
julho**

**fortaleça a
UNIDADE
NACIONAL,
vote Chapa 1**

Edição 850 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br Redação, Edição e Diagramação: Alessandra Murteira - MTB 16763 Projeto gráfico: Cláudio Camillo MTB 20478 Diretoria Colegiada: Alceu, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Hélio, Jorge Machado, José Maria, Moraes, Osvaldinho, Paulo César, Silva, Simão e Ubiraney.